

Espaço social e cotidiano: um olhar *outsider* sobre o corriqueiro do bairro Santos Dumont | São Leopoldo - RS

Sessão Temática 2: Produção do comum e experiências autogestionárias

Abordagem 2: Os bens coletivos produzidos a partir de iniciativas de moradores, movimentos e organizações

Natalia D'Agostin Alano

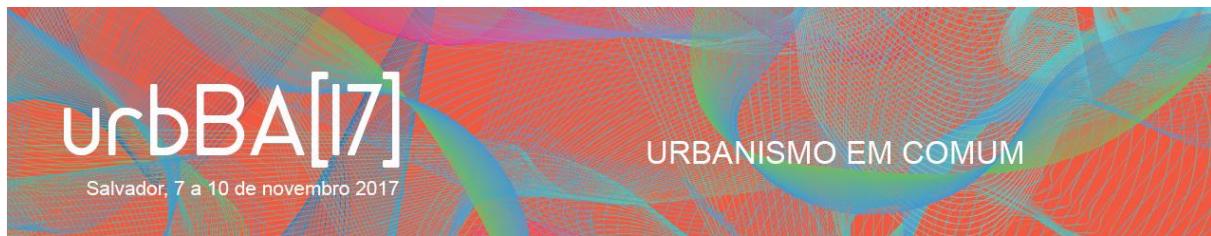
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS). natalia.alano@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como propósito o intercâmbio entre aspectos da teoria do filósofo francês Henri Lefebvre sobre a produção do espaço e a experiência cotidiana. Para tanto, buscou-se trazer para o texto uma memória vivida pela autora numa comunidade periférica da Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, correlacionada a uma compreensão dialética de Lefebvre: entre a ordem próxima e a ordem distante. A memória se trata de uma experiência de acompanhamento da construção de um conjunto de Habitação de Interesse Social, no município de São Leopoldo, movido pela Cooperativa COOTRAHAB em parceria com o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades.

PALAVRAS-CHAVE

Henri Lefebvre; cotidiano; Minha Casa, Minha Vida - Entidades; COOTRAHAB.



Espaço social e cotidiano: um olhar *outsider* sobre o corriqueiro do bairro Santos Dumont | São Leopoldo - RS

1 Introdução

A satisfação e a insatisfação andam lado a lado, se afrontam segundo os lugares e pessoas. O conflito não aparece sempre nem é dito. Evita-se falar dele e torná-lo manifesto. Mas ele está aí, constante, latente, implícito. Tiraríamos daí o inconsciente, o significante “desejo” escondido sob os significados? Não é preciso ir tão longe, estamos falando do cotidiano. (H. Lefebvre, 1991, p.87).

Tal como registrou o filósofo Henri Lefebvre, não há a necessidade de ir tão longe para perceber as contradições do espaço urbano. Elas estão aí, imbricadas no cotidiano: satisfação e insatisfação andando lado a lado. Na música, Paulinho da Viola em uma de suas composições¹, talvez diria em relação ao espaço “que as coisas estão no mundo, só é preciso aprender”. E para aprendê-las, um de nossos focos deste artigo, é buscar argumentar em favor de que uma das maneiras para se aprender *as coisas no mundo* é fazer o constante exercício de se sentir *exótico* com o *familiar*, familiar com o exótico, ou, por via de regra, *outsider*². Nessa medida, optei³, para fins desse texto, sair um pouco das paredes universitárias – a nossa zona de conforto do mundo teórico – e rememorar uma de minhas experiências em campo, referente ao estudo do *espaço*. Trago, portanto, um relato de experiência do estágio final do curso de Arquitetura e Urbanismo vivenciado por quatro meses no ano de 2014 na cidade de São Leopoldo. Mais especificamente, no bairro periférico Santos Dumont, divisa com o município de Novo Hamburgo (Figura 1). Essa experiência compreende um juízo pessoal do *cotidiano* no bairro, e no acompanhamento da obra do empreendimento em que o estágio se realizara. A construção de um conjunto de Habitação de Interesse Social (HIS) – o Loteamento COOTRAHAB⁴ – construído através do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (PMCMV-E) e da Cooperativa de Trabalho, Habitação e Consumo Construindo Cidadania (COOTRAHAB).

Sentir-me estrangeira no bairro Santos Dumont, possibilitou-me perceber a correlação de forças que se estendem no espaço e, contraditoriamente, ocupam o mesmo ambiente. Atores e agentes cuja “personificação” dão cabo para discutir conceitos e temáticas muito trabalhados no campo da geografia, do urbanismo, do planejamento urbano e, também, da sociologia, como: *cotidiano; território; produção do espaço; lugar, etc.* Nessas condições, em meio a essa gama de possíveis debates teóricos e tendo em vista o

¹ *Coisas do mundo, minha nêga*, de Paulinho da Viola (1968).

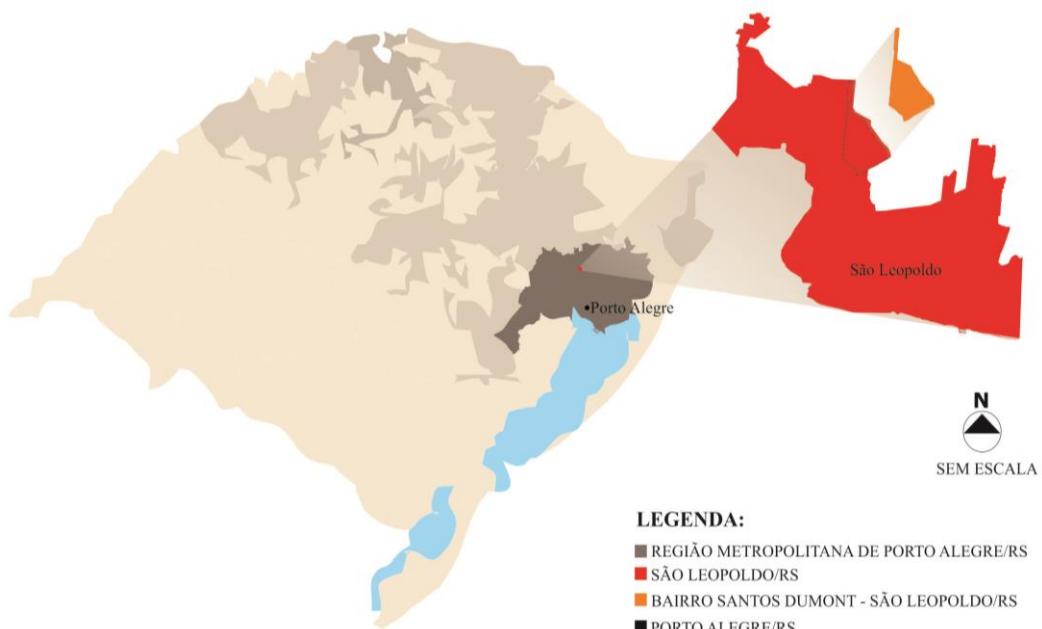
² KRAMSCH, C. Language and culture Language and culture. Oxford: OUP, 1998.

³ Opto pelo uso da primeira pessoa do singular em algumas partes deste artigo, por se tratar de um testemunho pessoal sobre o cotidiano.

⁴ O Empreendimento Cootrahab, assim como a própria cooperativa está vinculada ao Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM). Foi fundada em 2009 na cidade de São Leopoldo, e executa empreendimentos dentro do PMCMV-E, instituído pela Lei 11.977/09. O que chamamos de "Loteamento Cootrahab" é o nome dado ao empreendimento habitacional em questão.

breve mas entusiasmado contato com parte da obra de Henri Lefebvre durante minha curta trajetória acadêmica, optei em pensar essa relação com o bairro Santos Dumont (a produção do Loteamento Cootrahab) como uma abertura para exercitar o meu olhar frente à temática da produção do *espaço*. Tendo como suporte a compreensão dialética de Lefebvre (1991; 2001): entre a *ordem próxima* (Espaços de Representação) e a *ordem distante* (Representação do Espaço). Conceitos que nesse artigo se aproximam, em partes, do que Milton Santos trata como o *global* e o *local*⁵.

Figura 1 - Localização/Entorno do Empreendimento COOTRAHAB



Fontes: Google Earth, adaptadas pela autora, 2017 e de própria autoria, 2014.

Este artigo, destarte, está estruturado por quatro seções principais. A primeira corresponde a um breve diálogo frente à acepção de Lefebvre e demais autores, como os geógrafos Milton Santos e David Harvey, ao conceito de *espaço*. Cuja seção busca compreender – assim como trata Lefebvre – que o espaço é tão complexo quanto a sociedade, e que por isso, não é um produto qualquer. Em seguida, na segunda parte, abordaremos as percepções pessoais do cotidiano vivenciadas na situação do estágio, seguindo, dentro do nosso entendimento, um dos tripés da triádica⁶ de Lefebvre (2006): as *práticas espaciais*. E, por fim, na terceira e na quarta seção serão tratados dos conceitos de *ordem próxima* e *ordem distante*, que se equiparam aqui por *Representação do Espaço* (ou *espaço concebido*), e *Espaços de Representações* (ou *espaço vivido*). Vale mencionar, que toda a discussão aqui abordada está pautada em torno da experiência pessoal mencionada anteriormente, ancoradas em diários de campo, relatório de estágio e entrevistas com

⁵ “O nível global e o nível local do acontecer são conjuntamente essenciais ao entendimento do Mundo e do Lugar. Mas o acontecer local é referido (em última instância) ao acontecer mundial” (SANTOS, p.131).

⁶ *Espaço concebido;espaço vivido e espaço percebido*.



alguns dos sujeitos que estiveram envolvidos na produção habitacional do Loteamento COOTRAHAB, realizados naquela situação.

2 O espaço enquanto práxis

Na 4^a ed. do livro *La production de l'espace* [1974], Henri Lefebvre inicia seu prefácio – datado de 1985 – em torno da acepção do conceito de *espaço*; uma vez que na época em que escrevera o livro, as concepções beiravam *paradoxais* e *incompatíveis* (LEFEBVRE, [1974] 2006). Para Lefebvre, o conceito de *espaço* ultrapassa as “distâncias cósmicas” e está para além do espaço mental e do espaço físico. O *espaço* “não consiste numa coleção de coisas, uma soma de fatos (sensíveis), nem tão-somente num vazio preenchido, como uma embalagem.” (Ibid., p.31-32). Filósofo conhecido por tratar da temática urbana, H. Lefebvre acreditava que para pensar a cidade – o urbano – era preciso conceber o espaço não como palco, na sua passividade, ou como um vazio. *Espaço*, para Lefebvre, precisava ser visto como produto; não um produto qualquer, mas um produto da *reprodução das relações sociais de produção*. “Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção [...]. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas.” (LEFEBVRE, 2006, p.5).

Tal concepção do espaço, a nosso ver, é pensada de maneira similar por Milton Santos ([1996] 2006), na medida em que este propõe pensar o espaço como um conjunto indissociável de *sistemas de objetos* e *sistemas de ações*. Compreende-se, neste caso, sistemas de objetos como um conjunto de forças produtivas, coisas intermediadas pelo homem (pela ação). Enquanto que, sistemas de ações, é compreendido pelas relações sociais de produção ou a relação entre sujeito/natureza (SANTOS, 2006). Destarte, assim como Lefebvre, Milton Santos nos convida a pensar o espaço como processo e resultado da interação entre esses sistemas: como *práxis*. Ao considerarmos o *espaço social* como a mediação da *práxis*, concordamos com a ideia de que nenhum *espaço* é produto de uma única força. Pois, como vimos, ao passo que o *espaço* é produto das práticas sociais (da reprodução das relações sociais) ele também produz tais práticas, i.e., interfere, dialeticamente, nas relações sociais de produção [com variações de *tempo*]⁷. Ele é o *lócus* das intenções ou intencionalidades (espaço mental) e das edificações/do construído (espaço físico); a captação das vivências e das disputas (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 2006). Segundo Lefebvre, “o conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico” (LEFEBVRE, 2006, p.6), é a relação dialética entre a *ordem próxima* e a *ordem distante*, ou, a relação dialética da triádica: Representação do Espaço (*concebido*), Espaços de Representação (vivido), e as Práticas Espaciais (*percebido*). Conceitos com os quais serão trabalhados ao longo do texto.

3 Práticas espaciais: a dimensão do cotidiano

⁷ O espaço é a acumulação desigual de tempos (SANTOS, 1988)/ “O espaço social não é somente uma variável de indivíduo para indivíduo e de grupo para grupo; *ela é, também, variável no tempo*.” (HARVEY, 1973, p. 25, grifo nosso).



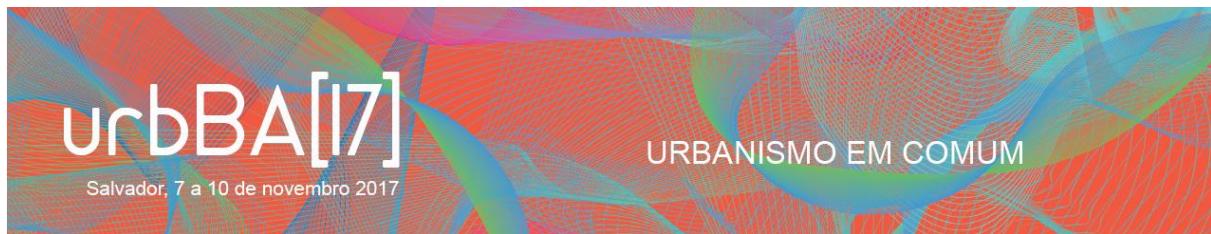
Henri Lefebvre, em *De lo rural a lo urbano* (1978), observa que a vida cotidiana é marcada pela riqueza e pela miséria. Na *riqueza*, esboçam-se as criações, os estilos e as formas de vida, de modo a envolver os gestos e as linguagens correntes conforme a cultura. Enquanto que na *miséria* tudo se repete: o levantar, o desjejum, o “ir ao trabalho”, o seguir, sem ser necessariamente alienante (LEFEBVRE, 1978). A riqueza e a miséria estão na relação permanente de repetição e transformação do cotidiano; *práxis* concebida como *totalidade social* (VILLORÍA, s/d), onde, por exemplo, um único dia de um sujeito comum engloba a história do mundo e da sociedade (LEFEBVRE, 1991). O cotidiano é, para Lefebvre, a *ordem próxima*, as práticas espaciais, o *percebido*; a relação do homem com o espaço, ou a materialização desta relação (LEFEBVRE, 1991; 2001). Esta ordem, contém também o vivido – as apropriações – e o concebido. Da mesma forma, no cotidiano, também se projeta a *ordem distante*, “a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições” (LEFEBVRE, 2001, p.52). Esta ordem, por sua vez, projeta-se na realidade prático-sensível, se torna “visível ao se inscrever nela. Na ordem próxima, e através dessa ordem, ela persuade, o que completa seu poder coator. Ela se torna evidente através e na imediatez” (Idem, p.52). Assim, a ordem distante sustenta as relações de produção e de propriedade. Milton Santos, ao tratar do Global e do Local, deixa ainda mais evidente essa relação de poder sobre o cotidiano, ao dizer que “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (2006, p.213) ou “A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela.” (Ibid., p.218).

Para simplificar a ideia, podemos lembrar da analogia de David Harvey, referente à própria construção de um edifício. A planta de uma igreja medieval pode se relacionar intimamente com a hierarquia social, na medida em que não é mero acaso que os que estão no “coro” pareçam mais próximos à Deus (HARVEY, 1973, p.21). Embora Harvey utilize dessa analogia para trabalhar o conceito de “espaço socialmente produzido”, acreditamos que ela cabe – em partes – para o que estamos querendo expor. Um exemplo, é certo, que não dá condições suficientes para compreender essa relação dialética das ordens. Tendo em vista que o poder, o concebido (a ordem distante), também se debruça sobre as ações, os costumes, as culturas de um cidadão comum e os seus imaginários⁸. Além disso, há também o movimento contrário a essa projeção: no cotidiano encontramos rebeldia, resistência e/ou contra-hegemonia; situações de conflito! No entanto, utilizamos o exemplo de Harvey, pois ele pode ajudar a perceber que *a cidade não pode ser vista como um sistema completo e fechado* (LEFEBVRE, 2001).

3.1 A experiência do caminhar e do pé na obra

Perceber, dialeticamente, as contradições do espaço urbano não é uma tarefa fácil. Como afirma David Harvey, a cidade, “é uma coisa visivelmente complicada”(!) (1973, p.13). Não basta, deste modo, amar a cidade para entendê-la, como poeticamente sugere Villaça (1988) em epígrafe; embora amá-la seja um bom começo. Um começo, que talvez, possa nos oferecer ao menos a sensibilidade de ler os aspectos da cidade nas entrelinhas e de narrá-la. Ler o espaço urbano, tal qual um antropólogo ao observar uma comunidade, e narrá-lo

⁸ Ideologia Dominante, Cf. CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1991.



tal qual um romancista, ao dar voz a quem participa⁹ como num filme de Marcelo Gomes¹⁰. Adianto, portanto, que não sou nem antropóloga e nem romancista. Ainda assim, nesta subseção, procuro orientar a escrita através de uma leitura particular do que vi e percebi: um pequeno exercício de leitura e narrativa.

No âmbito da experiência de estágio, à luz de Lefebvre, a minha primeira inserção no bairro Santos Dumont se assemelha a de um ator ordinário (DI MÉO; BULÉON, 2007) e desterrado, na busca de reconhecer o *espaço*. Situação em que as novas formas de vida (linguagens ou hábitos), junto à reprodução diária do ir e vir dos cidadãos do bairro, eram vistos, por mim, de maneira categórica no que diz respeito ao “perceber o diferente” sob o que se considera trivial, banal, ou costumeiro do cotidiano.

O constante exercício primário de mudar o caminho para testar qual deles te levam mais rapidamente ao ponto desejado, é um ato comum para aquele sujeito que deseja conhecer o espaço urbano. Esses desvios, por ora, ajudam a traçar um panorama de como o entorno se constitui. Foi assim que, no bairro Santos Dumont, o exótico começou a soar familiar. Sair do Jardim das Américas, bairro nobre de São Leopoldo, percorrer o centro da cidade e, com o trem ir até o canteiro de obras do Empreendimento COOTRAHAB, era um momento de variação de paisagens¹¹; uma alteração das realidades, do tempo e dos sentidos (visão, olfato, audição) a cada novo quarteirão. Estar *outsider*, nesses passos ensaísticos, proporcionou-me, de imediato, a enxergar algumas das contradições que estão presentes no espaço. Eu vi atores genéricos dotados pela capacidade de agir, e os agentes mais falíveis e subalternos (DI MÉO; BULÉON, 2007) num mesmo espaço. Fiscais da prefeitura, representantes da CAIXA, e Técnicos! Vi moradores e futuros moradores mal ou bem organizados, habitantes do bairro, vizinhos, acadêmicos e militantes. Atores e agentes responsáveis pelas práticas e pelas ações cotidianas do *espaço social*, que, com os seus atos, seus valores e suas ordens, marcavam o espaço de contradições através da representação das ordens *próxima* e *distante*.

Naquela situação, essas ordens, relacionavam-se tanto à noção de território quanto às noções de produção do espaço, à ideia de lugar, ao *vivido*, etc. A saber: estar dentro de uma obra, em que aos poucos, dentre as 222 moradias, algumas unidades habitacionais eram entregues, proporcionou-me observar a relação de vizinhança que iam sendo criadas entre os novos moradores do Empreendimento COOTRAHAB e os habitantes do seu entorno. Relação, por vezes, marcada por pequenos desentendimentos: fruto, por exemplo, de *inveja*, nascida pela diferença de qualidade das habitações, mas acima de tudo, pela questão territorial. Pois, havia, de um lado, os moradores que acreditavam que “fulano de tal” pensava que era rico porque conquistou uma casa; e de outro, os que diziam que “cicrano” pensava que morava na favela, por trazer, naturalmente, seus modos de vida até a nova

⁹ Cf. LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever. Trad. De Giseh Vianna Konder. In: Ensaios sobre literatura. Coordenação e prefácio de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

¹⁰ Diretor de cinema brasileiro, produziu filmes como “Viajo porque preciso, volto porque te amo” (em parceria com Karim Ainouz), “Cinema, Aspirinas e Urubus”, e “Era uma vez eu, Verônica”.

¹¹ Paisagem como história congelada que participa da história viva (SANTOS, 2006).

moradia. Este último dá corpo ao conceito de *territorialidade humana* de Robert Sack (2011), em que diz: “território pode ser usado não apenas para conter ou restringir, mas também para excluir. Uma cerca ou muro pode controlar, assim como também uma placa de ‘proibida a entrada’.” (2011, p.78). Acrescento, neste caso, que além das delimitações, criam-se territórios a partir das marcas de quem ocupa: “lixo, latas, cães vira-latas, exus e pombagiras” (LINS, 2002, p. 16), pois nós demarcamos nossos espaços-territórios com o que nos identifica e nos constitui. E essa demarcação, de um modo ou de outro, é a disputa por espaço: isto é meu! (RAFFESTIN, 1993).

Tabela 1 - Empreendimento COOTRAHAB



Fonte: Autora, 2014

Ao abrir a discussão para as delimitações que construímos, através do processo de territorialização, trago uma observação que tive dentro do canteiro. Percebi que os muros, eram invariavelmente, a primeira coisa que os moradores recém-chegados à casa nova, construíam¹². No entanto, seja por delimitação de território ou pela “sensação de segurança”, o que quero destacar, é o modo de produção em que essas paredes eram construídas, compreendido, em suma, pela autoconstrução. Essa observação cotidiana do assentamento dos tijolos trazia, para mim, o sentido de que aqueles novos moradores do empreendimento eram potenciais autoconstrutores, que em determinada situação de fragilidade socioeconômica, arranjariam seus próprios meios de construir suas habitações. Mas, naquela situação, uma coisa os diferenciava dos autoconstrutores tradicionais

¹²No estágio conseguimos acompanhar desde a viga baldrame até a entrega de algumas das UH's. Não pela rapidez da obra, mas porque algumas unidades já haviam sido começadas antes que o estágio se iniciasse.



integrais. Como beneficiários que participaram periodicamente de discussões sobre o projeto de suas habitações (com assembleias, reuniões e cursos), a maioria deles tinha o entendimento da importância da Assistência Técnica para uma construção segura e eficiente. Isso quer dizer que quase todos os dias, os moradores que previam realizar uma determinada melhoria em suas unidades habitacionais (muro, “puxadinho”, garagem), batiam à porta do escritório da cooperativa em questão, a fim de tirar dúvidas com o mestre de obras, o arquiteto ou o engenheiro. Além desse apontamento, a autoconstrução imediata dentro da COOTRAHAB, trouxe outras duas questões, que por ora, são paradoxais: apropriação do espaço construído (através da rápida intervenção) e, quiçá, um projeto arquitetônico que logo no início não atendia as necessidades básicas do morador (por isso a melhoria).

Sobre as necessidades básicas do morar, estas foram estudadas ao longo da elaboração do projeto. No entanto, como o PMCMV-E possui uma normativa mínima de desenho a ser seguida, muito do desenho arquitetônico acaba sendo direcionado. O alto valor da terra, por exemplo, suprime a possibilidade de se trabalhar com variações tipológicas, conforme os desejos de cada morador. Esta e outras situações levam o projeto a reproduzir, muitas vezes, uma lógica arquitetônica da racionalização. Por outro lado, o projeto participativo possibilitou, ao menos, a escolha de unidades térreas, bem como, o acabamento que elas levariam. Outra situação que destaco é que durante a discussão dos projetos em assembleias gerais, reuniões entre a Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO)¹³, etc., quem tinha voz para falar sobre a técnica, não era o arquiteto, mas sim, a presidente da cooperativa, que possuía uma retórica muito próxima daquele povo:

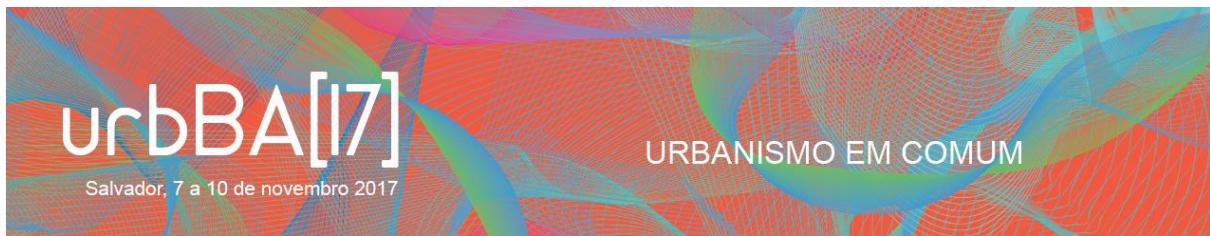
[...] quando o MCMV surgiu - que já era uma demanda nossa, a gente tinha condição de tocar, aí a gente começou ali a explicar pra famílias do nosso jeito, sabe? Aí nós reunia a turma pra explicar o que era uma matrícula, com a nossa língua! Daí eles entendiam. Porque não adianta, se eu chamassem o Pedrotti [arquiteto da cooperativa] pra explicar não adiantava, sabe? Não adiantava! Então eu tinha que entender e aí explicar; e o Pedrotti ria, porque ele falava os termos técnicos e o pessoal não entendia!

(Informação Oral, Presidente da COOTRAHAB - C.A., São Leopoldo, entrevista realizada pela autora em nov. de 2014).

Tal situação dá corda para pensar o afastamento entre a teoria e a prática. Alguns dos operários da construção civil, em certa altura, trouxeram essa questão para mim, sobre “como ser um bom arquiteto”. Em entrevista, uma das azulejistas e beneficiária/cooperada trouxe a crítica à cultura da inferiorização do trabalho manual frente ao trabalho intelectual. Ela diz:

Na obra dá pra ver isso, quando estava passando o engenheiro ou arquiteto, o pessoal meio que se escondia assim, sabe? o pessoal da obra! Porque as pessoas têm o preconceito de que eles [os arquitetos] vem aqui pra mudar ou pra reclamarem [...] Eu acho que isso tinha

¹³ Comissão obrigatória dentro do MCMV-Entidades. Para fortalecer a ideia de participação dos moradores.



que mudar, sabe? [...] Porque tem uma barreira entre esses dois lados [pedreiro x arquiteto], eu acho que o pessoal pensa que às vezes é tão inferior, se inferioriza por ele ser um pedreiro, por ele trabalhar sujo, e o arquiteto vem ali limpinho, com o capacete, com a pranchetinha, né? E acaba tendo aquele preconceito. Eu acho que a arquitetura também tem que se [...] moldar um pouquinho! Porque tu sabe que na obra têm pessoas simples, que não precisa andar todo pomposo, sabe? Ou impor! Todo mundo sabe que tu é o arquiteto! [...] Não é mostrar que quem sabe mais e quem sabe menos! É mostrar que os dois são necessários, né? O pedreiro precisa do arquiteto. Tanto quanto o arquiteto precisa do pedreiro. Como é que tu vai desenvolver uma arquitetura se não tem alguém que faça, sabe? (Informação verbal - M., São Leopoldo, entrevista realizada pela autora em nov. de 2014).

Ainda que ciente dessa discussão de preconceito e autoridade dentro do canteiro de obras, a minha convivência dentro da produção do Empreendimento COOTRAHAB, fez-me perceber uma relação muito otimista entre o operário da construção civil e o arquiteto, no que diz respeito à discussão sobre a heteronomia do canteiro (FERRO, 2006). Embora o domínio do desenho competisse, majoritariamente, ao arquiteto e urbanista que seguia, invariavelmente, a normativa do programa MCMV-E, o diálogo entre técnicos e mestres de obra era sempre aberto. Se algum método construtivo fosse mais penoso para o operário, por exemplo, o mestre logo sugeriria uma nova maneira de se construir e o arquiteto e o engenheiro acatavam. Atitudes que, para mim, fez-me recordar do que Gramsci chamou de osmose entre os que sabem sem sentir, e os que sentem sem saber (BARATTA, 2011). Finalizo dizendo, que essas são apenas algumas das questões observadas na rotina do canteiro de obras, mas que de uma forma ou de outra, remontam a percepção *cotidiana* e os significados que podem ser dados a ela. Territorialidade, briga por poder, apropriação, heteronomia, conhecimento popular e conhecimento intelectual, linguagem, desejos. Significados, que por ora, são marcados tanto pela reprodução da ideologia dominante (os desejos), quanto pelas contradições desta ideologia e do capitalismo, junto a práticas contra-hegemônicas.

4 Representação do espaço

Sob a perspectiva da Representação do Espaço, está o que Lefebvre chamaria de representação espacial do *espaço concebido*, ou da *ordem distante*; à hegemonia, às instituições de poder, à técnica. A *Representação do Espaço* é modificar o espaço por meio de uma prática social (sócio-espacial) marcada pela ideologia. Um arquiteto, portanto, pode transformar o espaço (através do seu conhecimento técnico – o saber – e de uma ideologia, vulgo dominante). Esta marca, deste modo, pode aparecer tanto na construção de uma igreja medieval, como vimos, até na produção de planos e projetos urbanos e habitacionais, e sua materialização. Para fins de ilustração a este último exemplo (os projetos), lembremos da ficção dos anos 1990, o *Show the Truman*, que narra um *reality show* sobre o cotidiano de um sujeito tradicional, de classe média suburbana americana, que tem uma vida "perfeita": rodeada de bons amigos, um bom trabalho, uma boa casa, e uma excelente esposa. Seahaven, a cidade do filme, foi completamente projetada para o *reality*. Espaço onde até mesmo os passos são calculados para que o Sr. Truman não perceba que tudo a sua volta é



um espetáculo televisivo. Trata-se, destarte, de um exemplo sobre a Representação do Espaço. Haja vista que demonstra a incumbência de um projeto feito para o "controle", a materialização de um projeto arquitetônico cenográfico hegemônico, sem partir de uma apropriação primária do sujeito que ali vive (Sr. Truman). O mesmo pode-se dizer da torre Panóptica, de Jeremy Bentham, um sujeito que não era arquiteto, mas que em 1787 cria este modelo de arquitetura: "o lugar que permite tudo ver [...] O esquema é tal que nunca os confinados sabem se estão sendo vistos ou não. Resultado: na incerteza, se vigiam a si mesmos."(SANTOS, 1988, p.23). É a materialização de um projeto heterônomo, totalitário, realizado de cima para baixo, através do saber técnico.

Essas colocações nos servem para ilustrar a *ordem distante* materializada – do projeto ao produto, seja em nível arquitetônico, ou urbano. No entanto, arriscamos em registrar aqui, que há também (e não somente) a "ausência de projetos materiais" que representam essa *ordem distante* de Lefebvre¹⁴. O não-desenho! A ausência dos arquitetos urbanistas e técnicos em espaço outros, marginalizados. A falta de "perseguição" da técnica ao espaço *vivido*. Numa sociedade como a nossa - de capitalismo-periférico – estamos imersos à desigualdade social (sustento para este modelo econômico), marcados por uma produção capitalista do espaço: pela urbanização desigual, pela violência, pela segregação, pela espoliação urbana, etc. Na periferia brasileira (as favelas), o espaço público é caracterizado pela ausência de "urbanidade" ou, resumidamente, pela carência de equipamentos públicos/urbanos e serviços (VILLAÇA, 1998).

Esse paradoxo entre presença/ausência de intervenções urbanas e habitacionais (imprescindíveis para a qualidade de vida do sujeito brasileiro) também são realidades do bairro Santos Dumont. Por isso, elencamos alguns pontos dessa "Representação do Espaço" na tabela abaixo (Tabela 2):

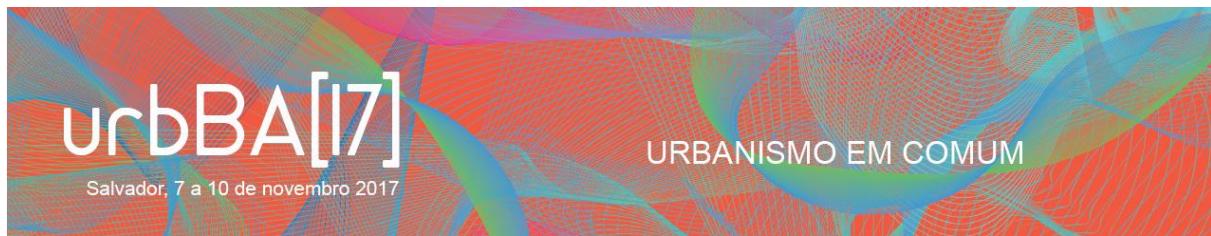
Tabela 2- Pontos relativos à aspectos da *Representação do Espaço*

- | |
|---|
| a) Pela presença do Estado , marcada não apenas pelo programa habitacional, Minha Casa Minha Vida – Entidades, do Governo Federal, como também por outros programas de habitação correntes ao longo das décadas: O Programa de Subsídio Habitacional (PSH), de 2005; o Programa Crédito Solidário (PCS) de 2006; a Resolução nº460, de 2007-2008; e a iniciativa municipal em parceria à empresa Trensurb na construção de UH's de relocação: Loteamento Padre Orestes; pelo Programa de Aceleramento e Crescimento (PAC), e pelo poder municipal. No PMCMV – E, por exemplo, o <i>concebido</i> aparece sob o Ministério das Cidades, as normativas técnicas do programa, que acabam por direcionar o produto final do desenho, e o baixo recurso do programa, que dificulta o acesso a terra urbanizada e bem localizada (HARVEY, 1973). Além disso, vale lembrar do contexto em que o Entidades aparece: dentro do programa MCMV, que teve como uma de suas medidas, a proposta de conter a crise financeira internacional de 2008. |
| b) Pela ausência do Estado , no que diz respeito à carência de serviços e infraestrutura no bairro: sem coleta de lixo, boca de lobo, iluminação, calçadas, assistência técnica habitacional para a população do bairro, regularização fundiária, etc. |

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Para finalizar essa discussão, nesses dois pontos de vista (presença-ausência do Estado e da técnica), destaco ainda a Habitação de Interesse Social (HIS) e a autoconstrução.

¹⁴ Talvez essa *ausência* seja encontrada na teoria lefebriana através do *percebido*; da *prática espacial* (a pesquisar).

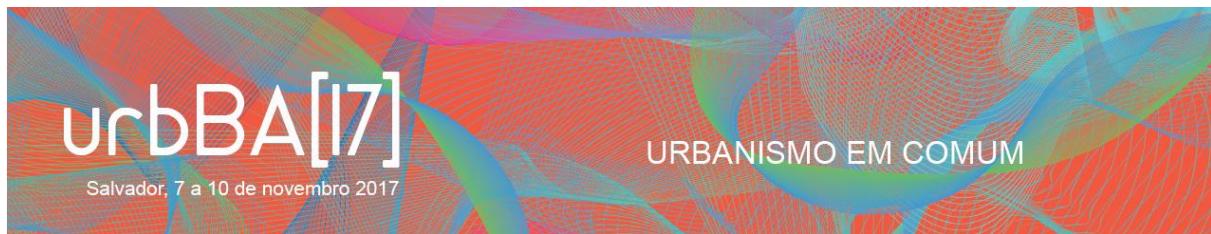


Dois modos de produção postos lado a lado em um mesmo bairro, e representantes do que tratamos aqui por *espaço concebido*. O primeiro, a HIS, em geral, não tem por objetivo garantir ao sujeito-cidadão o direito básico da moradia (VILLAÇA, 1986). Isto é, por algumas décadas a HIS tem servido como força motriz para a *economia* e para a política de *controle* de massa. E o segundo, a autoconstrução, nada tem a ver com o "espontaneísmo". Carlos Nelson Ferreira dos Santos, ainda que se referindo à questão dos loteamentos clandestinos da década de 1980, acredita que a habitação autoconstruída e sem suporte técnico não é 'obra do acaso'. Ele diz: "A ausência de políticas urbanas efetivas da parte de poderes tão fortes como os que comandaram o país nos últimos vinte anos não foi obra do acaso. Seja por iniciativa pública ou privada, a configuração global do espaço sempre resulta da ação do governo." (SANTOS, 1988, p. 45). Desse modo, tais sujeitos, que, uma vez na cidade, sem nenhuma garantia ou apoio do Estado e com salários que não cobrem as suas necessidades básicas – como a necessidade de habitar – são condicionados a encontrar seus próprios meios de resistência para enfrentar as condições de vida. Dito isso, partimos para a nossa última perna do tripé da teoria de Lefebvre: o *espaço vivido* ou, "Espaços de Representação".

6 Espaços de representação

Por Espaços de Representação, compreendem-se aqueles espaços *vividos*, em que o sujeito cria laços e sentimentos de afeto; nossa infância, nossos sonhos e imaginários. Um afeto criado em torno da nossa casa, construída com muito esforço, nossa bairro, nossa praça, cama, ou cozinha! Um espaço carregado de memórias e de tempo. Milton Santos (2006) talvez diria que tal conceito se aproxima ao que ele trata como conceito de *Lugar*. Nesse momento, devemos evitar uma visão estritamente "fenomenológica", guiada pela relação estrita entre *indivíduo-espaço*, e nos lembrar da construção social que cada indivíduo/sujeito carrega dentro de si (sua constituição). Pois, em situação de esquecimento, como controveverte Lefebvre (2006), muitos cientistas (antropólogos, psicanalistas, etnólogos) estudam esses espaços de representação ou *lugares*, sem confrontá-los com o *concebido* (as Representações do Espaço). I.e., ignoram a conciliação ou a intervenção das representações do espaço frente aos Espaços de Representação, e, como vimos, tratam este último como algo estrito ao âmago do indivíduo (DOS SANTOS, 2015). Logo, os Espaços de Representação também podem ser espaços de domínio. Ainda que nesses espaços *vividos* dentro do cotidiano, haja uma maior possibilidade de se criar espaços contra-hegemônicos. Nesses lugares,

[...] a capacidade de se adaptar e às vezes reverter o jogo imposto, de persistir com outras intencionalidades além da hegemônica [...] A cidade e principalmente a metrópole se destaca como meio no qual "os de baixo", "os homens lentos", reinventam o cotidiano, ela aparece como uma "ecologia" própria a uma "subversão silenciosa". Subversão esta que é dada a partir do momento em que os atores, a partir da aparente carência material requalificam e se apropriam de diversas formas das possibilidades metropolitanas. (LOPES, 2010, p. 20).



A apropiación¹⁵, segundo Lefebvre, “aprehende las coacciones, las transforma, y las cambia em obras” (1972, p.111). Por isso, *mudar a cidade ou a sociedade*, “não quer dizer nada se não há produção de um espaço apropriado” (LEFEBRE, 2006, p. 55), onde o *valor de uso* não esteja mais subordinado ao *valor de troca* (LIMA, LIMONAD, 2003).

6.1 Espaços de Representação *in loco*: o Loteamento COOTRAHAB e o bairro Santos Dumont

A partir da contextualização do tópico acima, procuramos evidenciar, nesta subseção, alguns aspectos que podem ser considerados como “Espaços de Representação” no Loteamento COOTRAHAB e/ou no bairro Santos Dumont.

No âmbito do Entidades, programa com o qual a COOTRAHAB trabalhou, é importante destacar que embora essa vertente do MCMV provenha de uma iniciativa governamental, ele não é uma produção via mercado. Esta afirmação vem à cabo pois o funcionamento do Entidades se dá através da sociedade civil organizada (cooperativas, associações de moradores, etc), e tem como verba apenas 3% dos recursos do programa MCMV. Além disso, também vale lembrar, que o PMCMV-E foi conquistado à duras penas pelos Movimentos de Luta por Moradia e pela Reforma Urbana; demanda que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) aderiu (LAGO, 2012). Isto é, desde a sua concepção, a vertente Entidades pode ser considerada como um desvio, uma apropriação institucional que só foi posto em pauta por conta de uma organização de luta popular. Ademais, além do Entidades possibilitar um espaço para propor alternativas que negam a atuação das grandes construtoras na produção das UH's, ele também tem por objetivo incentivar a **participação** do sujeito-beneficiário (ator) durante a realização do projeto, contratação e produção das moradias. Ou seja, enquanto que a construtora, através do MCMV-Empresarial, lança seus apartamentos à venda sem saber quem ali vai morar, no MCMV-Entidades, antes mesmo de iniciar o projeto e/ou “escolher” o terreno do conjunto habitacional, já se conhece quem são os sujeitos-beneficiários. Assim, conhecendo-os e tratando-os como sujeitos ativos do processo de escolhas e elaboração projetual, o programa passa a propor uma **ruptura com a forma tradicional de concentração de saber e poder, na tomada de decisão e execução dos projetos habitacionais** (LAGO, 2012).

Nessa perspectiva, no que tange a experiência COOTRAHAB, essa ruptura se inicia desde a formação da cooperativa; composta, em suma, por moradores do bairro Santos Dumont desde a década de 1990 e integrantes do Movimento Nacional de Luta por Moradia, passa pela compra do terreno e segue até a elaboração do projeto, construção e entrega das unidades habitacionais. Durante a compra do terreno, por exemplo, a Cooperativa precisou de uma estratégia de união e confiança dos beneficiários (através de uma contrapartida em dinheiro) para poder garantir a única gleba de vazio urbano no bairro. Pedaço de terra que estava sendo visado por uma grande construtora da região (CAMARGO, 2016). Ou seja, mesmo que nessa questão possa surgir a crítica de que o Entidades está levando as

¹⁵ “La apropiación por el ser humano de su deseo se encuentra suspendida a mitad de camino entre lo real y lo imaginario” (LEFEBVRE, 1972, p. 108).



cooperativas a competir terreno com grandes construtoras e até mesmo a agir como uma, no caso da COOTRAHAB - vale destacar - este processo de compra esteve mais próximo a uma lógica de luta e de relação de confiança entre Cooperativa-Beneficiários.

No que tange o projeto arquitetônico e a construção das moradias, a ruptura de que trata Luciana do Lago (2012), esteve presente no processo de escolha da tipologia térrea das UH's e na escolha dos acabamentos das unidades (cores, azulejos, pisos, aberturas), e não necessariamente no desenho da habitação. É claro que esse tipo de "participação" ainda está muito aquém de um projeto efetivamente participativo (onde as práticas do morar/as necessidades dos moradores, na medida do possível, são realmente empregadas no projeto arquitetônico e urbanístico)¹⁶. No entanto, como contraponto, todo o processo de organização para a produção das 222 moradias do Empreendimento COOTRAHAB, foi calcado em reuniões periódicas, assembleias, cursos de capacitação, acompanhamento de obra através da CAO (Comissão de Acompanhamento de Obra), eventos culturais, etc. E todo esse trabalho em torno da produção da moradia popular, levanta a hipótese de que após a entrega da chave da casa própria, esses moradores não darão por encerrada a luta por moradia, reconhecerão a habitação como um *valor de uso*, e acima de tudo, tornar-se-ão sujeitos solidários e conscientes dos seus direitos.

Essas considerações nos levam a argumentar no sentido de que o Empreendimento da Entidade Organizadora COOTRAHAB e seu processo de organização e construção *para a e da obra*, serviram à **apropriação** do espaço imediato da casa, do conjunto e do bairro¹⁷. Apropriação essa, marcada pela continuidade de alguns moradores ao movimento de luta por moradia (nesse caso o MNLM), a organização da comunidade frente a exigências à prefeitura, de algumas melhorias necessárias para o bairro, e pela apropriação da casa, marcada pela rápida intervenção dos moradores à obra. Assim sendo, em meio a um processo cada vez maior de financeirização da Habitação de Interesse Social¹⁸, contraposto a uma organização popular para a construção de moradias, arrisco afirmar que o Empreendimento COOTRAHAB pode sim, ser considerado como um Espaço de Representação, marcado e não marcado pelo domínio. Um *espaço vivido*, muito embora dentro de um ambiente institucional, que é o MCMV-Entidades.

Já na escala de bairro, a autoconstrução (Figura 2), também poderia ser aqui destacada e tratada como um *espaço de representação*. Prática comum no bairro Santos Dumont, a autoconstrução, poderia ser abordada tanto como *espaço concebido*, como foi destacado anteriormente, quanto *espaço vivido*. Desta vez, como um Espaço de Representação marcado (ou não) pelo domínio, argumento em favor do *espaço vivido*. Pois, quando se fala em produção autoconstruída, não se fala em técnica e conhecimento

¹⁶Bem como, o protagonismo e o poder de escolha e gestão, seja de total adesão dos moradores.

¹⁷Esta é uma observação que tive durante o estágio, em meio a algumas casas entregues. Após dois anos da entrega das unidades em questão, pode ter mudado o direcionamento desta concepção.

¹⁸SHIMBO, Lúcia Zanin. Habitação social, habitação de mercado. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos (USP), 2010 (Tese de Doutorado).

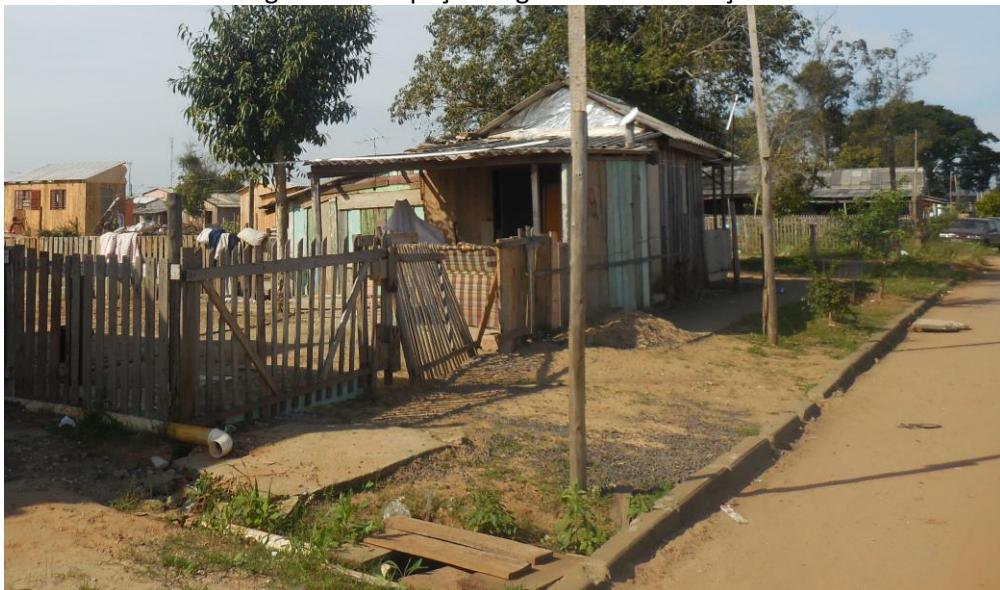


intelectual. Fala-se, portanto, daquele sujeito que acaba por incorporar os seguintes personagens básicos: o **agente financeiro**, o **agente promotor**, o **arquiteto**, o **construtor**, e enfim, o **morador**. O autoconstrutor concebe e participa de todo o processo de produção da sua casa, sem divisão. Deste modo, acredito que nesse caso há apropriação e reconhecimento da casa primeiramente como *valor de uso*. De acordo com Henri Lefebvre,

Não obstante a pobreza, essas áreas [as favelas] às vezes ordenam seu espaço tão efetivamente – casas, muros, espaços públicos – a ponto de provocar uma nervosa admiração. Aqui se encontra um grau notável de apropriação. A arquitetura e o planejamento espontâneos [...] provaram ser bem superiores à organização do espaço por especialistas que efetivamente traduzem a ordem social em realidade territorial com ou sem ordens diretas de autoridades políticas e econômicas. (LEFEBVRE, 1991 [1974], p.373-374 *apud* KAPP, 2011, s/p).

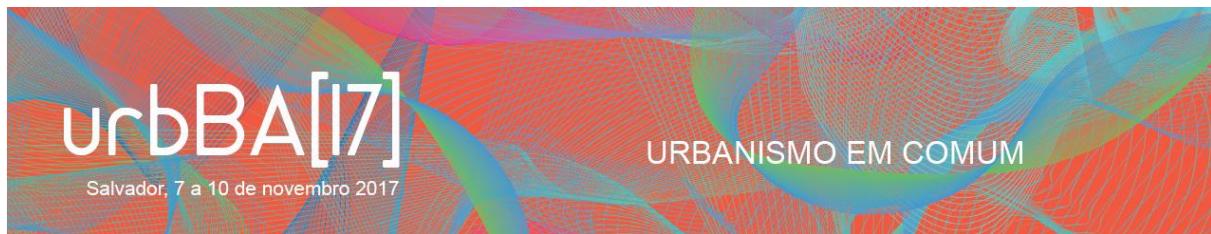
Mesmo que a noção de “espontaneidade” de Lefebvre revele uma visão um tanto romantizada da formação da favela, a passagem exalta a relação dialética entre resistência e exclusão, incitando a discussão paradoxal do *direito à cidade* (LEFEBVRE, 2001) que esses espaços marginalizados nos propõe. Por um lado, a periferização, a *urbanização desurbanizada* (LEFEBVRE, 2001), demonstra a falta do direito, do acesso e da apropriação da cidade formal; em contrapartida, esse mesmo espaço, em sua autonomia do construir, nos aponta vestígios do direito ao fazer, do direito à obra e, enfim, da apropriação do bairro e da casa, que raramente se encontra nas intervenções estatais de urbanização ou de programas habitacionais¹⁹. Enfim, Espaços de Representação.

Figura 2 - Ocupação ilegal e autoconstrução



Fonte: autora, 2017.

¹⁹Numa passagem de Lefebvre, ele diz: “[...] pode-se pensar que Frank Lloyd Wright aceita um espaço de representação comunitária, oriundo de uma tradição bíblica e protestante, ao passo que Le Corbusier elabora uma representação do espaço tecnicista, cientificista, intelectualizada.” (2006, p. 43).



Portanto, em tal grau, afirmamos que o canteiro de obras do Empreendimento COOTRAHAB, objeto que proporcionou essa experiência aqui compartilhada, o cooperativismo, e a autoconstrução presente no bairro, são meios e modos de produção que até certo ponto podem desenvolver no sujeito uma transformação social: seja pela resistência, pela apropriação, ou pelos laços de solidariedade que essas produções, eventualmente, envolvem.

7 Considerações finais

Para finalizar o texto, ressaltamos que os exemplos aqui expostos não revelam tudo o que foi visto e vivido durante o estágio. No entanto, eles serviram como base para pensar que o *espaço social* e sua produção, dentro da teoria lefebvria, são resultados do dialético embate entre diferentes dimensões identificadas pela tríade: *espaços de representação (vivido)*, as *representações do espaço (concebido)*, e as *práticas espaciais (percebido)*, e que não podem ser compreendidos isoladamente (DOS SANTOS, 2015).

Este artigo-relato, embora carente de profundidade, se tornou um meio para realizar um pequeno exercício de percepção acerca de um espaço que é socialmente produzido, e, desta maneira, é cheio de contrapontos. E, nesse exercício, estar *outsider* me permitiu imergir e emergir, ir e vir, da teoria à prática, e a observar a infinidade de atravessamentos que o espaço comporta. Ademais, embora os *espaços de representação* ou os *espaços vividos* presentes no nosso objeto de análise (bairro e loteamento) estejam também ancorados ao espaço do domínio, tenho por mim que o processo de produção vivido por aquelas famílias na construção de suas casas, pode desencadear um espaço ainda mais apropriado. Durante a elaboração deste artigo, a impressão que me surge é que a “revolução” ou o *espaço diferencial* se dará utilizando uma expressão chula: *comendo pelas bordas*, com pequenas e constantes insurgências, promovidas pelas práticas espaciais do sujeito comum. E deste modo, acredito que um dia ou outro, como disse Milton Santos (2007), o cotidiano será a escola da desalienação.

Referências

- BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente.** São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social.** Lecture géographique des socieétés. Paris: Armand Colin, 2007.
- DOS SANTOS, Thiago Andrade. A produção do espaço a partir de Henri Lefebvre e a dimensão espacial da política. In: COSTA, Geraldo M. et al. **Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana.** Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2015.
- HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo: Editora Hucitec, 1980.



KAPP, S. Casa alheia, vida alheia. **V!RUS**, São Carlos, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=3&item=2&lang=pt>>, acesso em: 17 set. 2015.

LAGO, Luciana Corrêa do. [Org]. **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles; IPPUR/UFRJ, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. **La vida cotidiana en el mundo moderno**. Madrid: Alianza Editorial, 1972.
- _____. **De lo Rural a lo Urbano**. 4 ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- _____. **O direito à cidade**. 5 ed. Trad. Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LIMA, Ivaldo Gonçalves de; LIMONAD, Ester. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. In: LIMONAD, Ester (Org.). **Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre**. Niterói: UFF/GECEL, 2003.

LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. 2 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Roberto. O significado de Territorialidades. In: FERRARI, Maristela; DIAS, Leila Christina. **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

- _____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; SP: Projeto Editores, 1988.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986.

- _____. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institut. 1998

VILLORÍA, Alicia Lindón. **Las huellas de Lefebvre sobre la vida cotidiana**. S/d; s/l.